

- 1.000 questões gabaritadas;
- De acordo com o Edital nº 002/2026, para o cargo de Técnico Legislativo – Assistente Legislativo;
- Organizados por disciplinas e assuntos.

1.000

QUESTÕES PARA

ALE-RR

TÉCNICO LEGISLATIVO-
ASSISTENTE LEGISLATIVO

Língua Portuguesa
Raciocínio Lógico
Legislação Institucional do PJSC
Geografia e História de Roraima
Noções de Direito Constitucional

Noções de Direito Administrativo
Noções de Administração
Financeira e Orçamentária
Noções de Administração Pública
Noções de Legística

1.000

QUESTÕES PARA

ALE-RR

**TÉCNICO LEGISLATIVO -
ASSISTENTE LEGISLATIVO**

PRESENTAÇÃO

O treino de questões, além de testar seus conhecimentos, é fundamental para compreender melhor o perfil da banca organizadora. Ao mesmo tempo em que você revisa a teoria estudada, pratica a metodologia da banca e cria uma rotina de estudos essencial para a sua preparação.

Pensando nisso, a série *Caderno de Questões* apresenta 1.000 questões gabaritadas para o Concurso da ALE-RR – Assembléia Legislativa do Estado de Roraima, trazendo as mais recentes questões organizadas pela banca FCC, contratada para a realização do certame, para o cargo de Técnico Legislativo - Assistente Legislativo, de acordo com os itens mais relevantes do Edital nº 002/2026.

O material é separado em disciplinas, de acordo com os assuntos abordados no edital publicado, para que você possa treinar tudo o que foi cobrado e já conhecer o que, possivelmente, sua banca irá abordar.

Neste material, você encontra, ainda, o gabarito oficial ao final de cada disciplina, para conferir suas resoluções.



AVISO IMPORTANTE

ESTE É UM MATERIAL DE DEMONSTRAÇÃO

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da apostila. Aqui você encontrará o sumário do material e algumas páginas selecionadas, para que possa conhecer a qualidade, a estrutura e a metodologia do nosso conteúdo. No entanto, esta não é a apostila completa.




**POR QUE
ADQUIRIR
A VERSÃO
COMPLETA?**

- ✓ conteúdo organizado de acordo com o edital;
- ✓ teoria objetiva e atualizada;
- ✓ dicas e fluxogramas para auxiliar a memorização;
- ✓ questões gabaritadas para o treino da teoria.


**GARANTA A VERSÃO COMPLETA DO
MATERIAL COMPLETO COM DESCONTO!**

QUERO MATERIAL COMPLETO!


SUMÁRIO

| | |
|--|----------------|
| LÍNGUA PORTUGUESA | 9 |
| → ACENTUAÇÃO..... | 9 |
| → FORMAÇÃO E ESTRUTURA DAS PALAVRAS..... | 9 |
| → CONJUGAÇÃO. RECONHECIMENTO E EMPREGO DOS MODOS E TEMPOS VERBAIS | 11 |
| → SINÔNIMOS E ANTÔNIMOS | 13 |
| → DENOTAÇÃO E CONOTAÇÃO | 14 |
| → ORAÇÕES COORDENADAS | 17 |
| → ORAÇÕES SUBORDINADAS SUBSTANTIVAS | 17 |
| → ORAÇÕES SUBORDINADAS ADJETIVAS | 18 |
| → PONTUAÇÃO (PONTO, VÍRGULA, TRAVESSÃO, ASPAS, PARÊNTESES, ETC)..... | 18 |
| → REGÊNCIA NOMINAL E VERBAL (CASOS GERAIS)..... | 27 |
| → CONCORDÂNCIA (VERBAL E NOMINAL)..... | 32 |
| → VOZES (VOZ PASSIVA E VOZ ATIVA)..... | 40 |
| → FIGURAS DE LINGUAGEM | 47 |
| → INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS (COMPREENSÃO)..... | 55 |
| → TIPOLOGIA E GÊNERO TEXTUAL..... | 83 |
| → GABARITO  | 84 |
| RACIOCÍNIO LÓGICO | 87 |
| → EQUIVALÊNCIAS LÓGICAS (INCLUI NEGAÇÃO DE PROPOSIÇÕES COMPOSTAS)..... | 87 |
| → ARGUMENTOS - MÉTODOS DECORRENTES DA TABELA VERDADE | 89 |
| → DIAGRAMAS LÓGICOS, PROPOSIÇÕES CATEGÓRICAS, NEGAÇÃO DE QUANTIFICADORES | 92 |
| → RACIOCÍNIO CRÍTICO | 95 |
| → GABARITO  | 101 |
| LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL DO PJSC | 103 |
| → CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE RORAIMA..... | 103 |
| → GABARITO  | 104 |

GEOGRAFIA E HISTÓRIA DE RORAIMA.....105


- GEOGRAFIA DE RORAIMA 105
- HISTÓRIA DE RORAIMA 110
- GABARITO  113

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL.....115


- EFICÁCIA DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS 115
- APLICAÇÃO DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS NO TEMPO (RECEPÇÃO, REPRISTINAÇÃO, DESCONSTITUCIONALIZAÇÃO)..... 115
- DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA CONSTITUIÇÃO (ARTS. 1º A 4º DA CF/1988) 116
- DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS (ART. 5º DA CF/1988)... 118
- DIREITOS SOCIAIS E DOS TRABALHADORES (ARTS. 6º E 7º DA CF/1988) 121
- DIREITOS COLETIVOS DOS TRABALHADORES (ARTS. 8º A 11 DA CF/1988)..... 122
- ESPÉCIES DE NACIONALIDADE (BRASILEIROS NATOS E NATURALIZADOS) 123
- DISTINÇÕES CONSTITUCIONAIS ENTRE BRASILEIROS NATOS E NATURALIZADOS 123
- PERDA DA NACIONALIDADE 124
- EXTRADIÇÃO, DEPORTAÇÃO, EXPULSÃO E BANIMENTO (DA NACIONALIDADE)125
- SOBERANIA POPULAR (VOTO, PLEBISCITO, REFERENDO, INICIATIVA POPULAR), ALISTAMENTO E ELEGIBILIDADE 126
- INELEGIBILIDADES (DIREITOS POLÍTICOS)..... 127
- PARTIDOS POLÍTICOS (ART. 17 DA CF/1988) 128
- DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA (ARTS. 18 E 19 DA CF/1988). 129
- UNIÃO: BENS E COMPETÊNCIAS EXCLUSIVAS, PRIVATIVAS, COMUNS E CONCORRENTES (ARTS. 20 A 24 DA CF/1988) 130
- ESTADOS FEDERADOS - ORGANIZAÇÃO, COMPETÊNCIAS, BENS (ARTS. 25 A 28 DA CF/1988) 131
- MUNICÍPIOS - ORGANIZAÇÃO E COMPETÊNCIAS (ARTS. 29 A 31 DA CF/1988)132
- DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS (ARTS. 32 E 33 DA CF/1988)..... 133
- DO CONGRESSO NACIONAL (ARTS. 44 A 47 DA CF/1988) 133
- DAS ATRIBUIÇÕES DO CONGRESSO NACIONAL (ARTS. 48 A 50 DA CF/1988). 133
- DA CÂMARA DOS DEPUTADOS (ART. 51 DA CF/1988)..... 134
- DO PRESIDENTE E VICE PRESIDENTE DA REPÚBLICA (ARTS. 76 A 83 DA CF/1988)134
- DAS ATRIBUIÇÕES DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA (ART. 84 DA CF/1988)..... 135
- ÓRGÃOS DO PODER JUDICIÁRIO (ART. 92 DA CF/1988)..... 136
- FUNÇÕES INSTITUCIONAIS (MINISTÉRIO PÚBLICO)..... 137
- DA ADVOCACIA PÚBLICA (ARTS. 131 E 132 DA CF/1988)..... 137
- ADVOCACIA PRIVADA E DEFENSORIA PÚBLICA (ARTS. 133 A 135 DA CF/1988)138
- GABARITO  139


NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO141

- REGIME JURÍDICO DA ADMINISTRAÇÃO E REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO141
- PRINCÍPIOS EXPRESSOS, EXPLÍCITOS OU CONSTITUCIONAIS..... 142


| | |
|---|-----|
| → DIREITO ADMINISTRATIVO (DOCTRINA E LEIS FEDERAIS) - PRINCÍPIOS IMPLÍCITOS, RECONHECIDOS E INFRACONSTITUCIONAIS..... | 142 |
| → CONCEITO DE ATOS ADMINISTRATIVOS..... | 143 |
| → MÉRITO ADMINISTRATIVO..... | 144 |
| → ELEMENTOS, REQUISITOS E PRESSUPOSTOS (ATOS ADMINISTRATIVOS)..... | 144 |
| → ATRIBUTOS OU CARACTERÍSTICAS DOS ATOS ADMINISTRATIVOS..... | 144 |
| → ATOS ADMINISTRATIVOS: ESPÉCIES, CLASSIFICAÇÃO, FASES DE CONSTITUIÇÃO..... | 145 |
| → DESFAZIMENTO DO ATO ADMINISTRATIVO (ANULAÇÃO, REVOGAÇÃO, CASSAÇÃO, CADUCIDADE, CONTRAPOSIÇÃO)..... | 146 |
| → PODER REGULAMENTAR..... | 146 |
| → PODER HIERÁRQUICO | 147 |
| → PODER DISCIPLINAR | 148 |
| → PODER DE POLÍCIA..... | 149 |
| → ABUSO DE PODER: EXCESSO DE PODER E DESVIO DE FINALIDADE (PODERES DA ADMINISTRAÇÃO)..... | 149 |
| → ADMINISTRAÇÃO DIRETA (ÓRGÃOS PÚBLICOS) | 150 |
| → ADMINISTRAÇÃO INDIRETA | 151 |
| → AGÊNCIAS REGULADORAS E EXECUTIVAS | 152 |
| → TERCEIRO SETOR (OSS, OSCIPS, SISTEMAS E FUNDAÇÕES DE APOIO) | 153 |
| → CLASSIFICAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS | 153 |
| → CLASSIFICAÇÃO DOS AGENTES PÚBLICOS | 154 |
| → FUNÇÕES, CARGOS E EMPREGOS PÚBLICOS..... | 154 |
| → PRINCÍPIOS (ART. 5º DA LEI Nº 14.133/2021)..... | 155 |
| → OBJETIVOS, FASES E FORMALIDADES (ARTS. 11 A 17 DA LEI Nº 14.133/2021). | 156 |
| → MODALIDADES DE LICITAÇÃO (ARTS. 28 A 32 DA LEI Nº 14.133/2021)..... | 156 |
| → FASES DA LICITAÇÃO - JULGAMENTO, HABILITAÇÃO E ENCERRAMENTO (ARTS. 55 A 71 DA LEI Nº 14.133/2021) | 157 |
| → CONTRATAÇÃO DIRETA, INEXIGIBILIDADE E DISPENSA (ARTS. 72 A 75 DA LEI Nº 14.133/2021) | 158 |
| → GABARITO  | 158 |

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA.....161

| | |
|---|-----|
| → TÉCNICAS/ESPÉCIES ORÇAMENTÁRIAS (ORÇAMENTO PROGRAMA, TRADICIONAL, PARTICIPATIVO, BASE ZERO, ETC)..... | 161 |
| → PRINCÍPIOS ORÇAMENTÁRIOS | 164 |
| → PPA - PLANO PLURIANUAL (CF/1988 E LEI Nº 4.320/1964)..... | 172 |
| → LDO - LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS (CF/1988 E LEI Nº 4.320/1964)..... | 174 |
| → LOA - LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL (CF/1988 E LEI Nº 4.320/1964)..... | 176 |
| → VEDAÇÕES CONSTITUCIONAIS EM MATÉRIA ORÇAMENTÁRIA (ART. 167 DA CF/1988) | 180 |
| → CICLO ORÇAMENTÁRIO..... | 182 |
| → GABARITO  | 182 |

| | |
|---|------------|
| NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA..... | 185 |
| → ADMINISTRAÇÃO..... | 185 |
| → ADMINISTRADOR..... | 185 |
| → PROCESSO ORGANIZACIONAL E FUNÇÕES ADMINISTRATIVAS | 186 |
| → GOVERNO ELETRÔNICO..... | 187 |
| → ADMINISTRAÇÃO PATRIMONIALISTA..... | 188 |
| → ADMINISTRAÇÃO BUROCRÁTICA..... | 188 |
| → ADMINISTRAÇÃO GERENCIAL (NOVA GESTÃO PÚBLICA OU MODELO PÓS-BUROCRÁTICO) | 189 |
| → INTRODUÇÃO AO PROCESSO DE PLANEJAMENTO (DIRETRIZES, PRINCÍPIOS, CARACTERÍSTICAS, ETAPAS, NÍVEIS)..... | 190 |
| → PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO | 191 |
| → BALANCED SCORECARD (BSC) | 193 |
| → DESENHO ORGANIZACIONAL (CONCEITOS, TIPOS, CENTRALIZAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO) | 193 |
| → DEPARTAMENTALIZAÇÃO (CONCEITOS E TIPOS)..... | 195 |
| → LIDERANÇA | 196 |
| → GESTÃO DE CONFLITOS..... | 197 |
| → PROCESSO DE CONTROLE E AVALIAÇÃO..... | 198 |
| → CLIMA ORGANIZACIONAL | 199 |
| → CULTURA ORGANIZACIONAL..... | 200 |
| → MOTIVAÇÃO..... | 201 |
| → CONCEITOS GERAIS SOBRE GESTÃO POR PROCESSOS..... | 202 |
| → GABARITO  | 204 |

NOÇÕES DE LEGÍSTICA..... 207

| | |
|---|-----|
| → VIGÊNCIA DAS LEIS (PUBLICAÇÃO, VIGOR, VIGÊNCIA, VACATIO LEGIS, CONTAGEM, CORREÇÕES - ART. 1º DA LINDB) | 207 |
| → CONTINUIDADE E REVOGAÇÃO DAS LEIS (CONTINUIDADE, DERROGAÇÃO, AB-ROGAÇÃO, REPRISTINAÇÃO - ART. 2º DA LINDB)..... | 209 |
| → OBRIGATORIEDADE, APLICAÇÃO, INTERPRETAÇÃO E INTEGRAÇÃO DAS LEIS (ARTS. 3º A 5º DA LINDB) | 211 |
| → CONFLITOS NO TEMPO (EFEITOS, ATO JURÍDICO PERFEITO, DIREITO ADQUIRIDO, COISA JULGADA - ART. 6º DA LINDB)..... | 212 |
| → EFICÁCIA DAS LEIS NO ESPAÇO (NORMAS DE DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO - ARTS. 7º A 19 DA LINDB)..... | 215 |
| → SEGURANÇA JURÍDICA E EFICIÊNCIA NA CRIAÇÃO E APLICAÇÃO DO DIREITO PÚBLICO (ARTS. 20 A 30 DA LINDB)..... | 216 |
| → DECRETO Nº 9.830/2019 - REGULAMENTA OS ARTS. 20 AO 30 DA LINDB | 219 |
| → LEI COMPLEMENTAR Nº 95/1998 - ATOS NORMATIVOS..... | 220 |
| → GABARITO  | 220 |

LÍNGUA PORTUGUESA

→ ACENTUAÇÃO

1. (FCC – 2026) Seguem a mesma regra de acentuação as palavras

- a) Araújo, inútil, física.
- b) você, é, nós.
- c) angústias, atrás, atribuídas.
- d) decrépita, autocrítica, etária.
- e) privilégio, sexagenário, média.

2. (FCC – 2024) A mesma regra justifica a presença de acento em todas as palavras em:

- a) fanático, solitário, científico, cômico.
- b) irlandês, polinésio, congolês, indonésio.
- c) terapêutico, mímica, antepenúltimo, lírico.
- d) cerimônia, descartável, espécie, música.
- e) imundície, horário, melancólico, longínquo.

3. (FCC – 2024) As palavras cuja presença de acento gráfico se justificam pela mesma regra são

- a) já - ai - há.
- b) abdômen - hífen - íterim.
- c) automóvel - almíscar - protótipo.
- d) bÍlis - íris - brócolis.
- e) juÍzes - balaústre - país.

→ FORMAÇÃO E ESTRUTURA DAS PALAVRAS

4. (FCC – 2026) Considere a crônica “No ônibus”, do escritor Carlos Drummond de Andrade, para responder à questão.

1. A senhora subiu, Deus sabe como, em companhia de dois garotos. Cada garoto com sua merendeira e sua pasta de livros e cadernos indispensáveis para a aquisição dos preliminares da sabedoria. **No ônibus não cabia mais ninguém.**(a) A bem dizer, não cabia nem o pessoal que se espremia lá dentro em estado de sardinha. Na massa compacta de gente, ou de seções de gente que a vista alcançava, percebi aquelas mãozinhas tentando segurar as pastas atochadas.

2. - Deixa que eu carregue - falei na direção de um dos braços a meu alcance, executando um movimento complicado, para enxergar os rostos dos garotos. O meno olhou-me com surpresa e hesitação, porém o mais velho estendeu o braço, e o primeiro, depois de uma cotovelada ministrada pelo segundo, imitou-o. Fiquei de posse de duas bojudas pastas escolares, que acomodei da melhor maneira possível sobre os joelhos. Conheço perfeitamente a técnica de carregar embrulhos dos outros. Deve-se colocá-los de tal modo que fiquem seguros **sem que seja necessário pôr a mão em cima deles.**(c) São coisas sagradas.

3. A voz da senhora saiu daquele bolo humano:

4. - Agradece ao moço, Serginho. Agradece, Raul.

5. Raul (o mais crescido) obedeceu, mas Serginho manteve-se reservado. Mal se passaram alguns minutos, senti que a pasta de cima escorregava mansamente do meu colo. Muito de leve, a mão esquerda de Serginho, escondida sob um lenço, puxava-a para fora. Compreendi que ele prezava acima de tudo a sua pasta, e deixei que a tirasse. A mãe ordenou:

6. - Serginho, deixe a pasta com o moço!

7. Teve de levantar a voz, para torná-la enérgica. Passageiros em redor começaram a sorrir. Tive de sorrir também. Muito a contragosto, Serginho voltou a confiar-me sua querida pasta. Um estranho mereceria carregá-la? E se fugisse com ela? Como bem podem imaginar, Serginho suspeitava de minha honorabilidade, e os circunstantes se deliciavam com a suspeita.

8. Mais alguns quarteirões, Serginho repete a manobra. Dessa vez, é radical. Toma sua pasta e a de Raul. Raul protesta:

9. - Deixa com ele, seu burro. Não vê que eu não posso segurar nada?

10. A mãe, em apoio de Raul, exprobra o procedimento de Serginho. **Este capitula, mas em termos.**(d) Só me restitui a pasta do irmão. A sua não correrá o risco. Coloca-a sobre o peito, sob as mãos cruzadas, como levaria o Santo Graal.

11. - Este menino é impossível. Desculpe, cavalheiro.

12. Não vejo o rosto da senhora, mas sua voz é doce, e **compensa-me da desconfiança do Serginho.**(b) Sorrio para este, enquanto retribuo: “Oh, minha senhora, po favor! **Até que o seu filhinho é engraçado.**”(e)

13. Engraçado? Serginho faz-me uma careta e ferra-me um beliscão. A assistência ri. A mãe ferra outro em Serginho, que dispara a chorar. Bonito. É no que dá carga embrulho dos outros.

(ANDRADE, Carlos Drummond de, 70 historinhas. São Paulo: Companhia das Letras, 2016, p. 105-107. Adaptado

Emprega-se palavra formada com prefixo que exprime ideia de negação no seguinte trecho:

- a) No ônibus não cabia mais ninguém
- b) compensa-me da desconfiança do Serginho
- c) sem que seja necessário pôr a mão em cima deles
- d) Este capitula, mas em termos
- e) Até que o seu filhinho é engraçado

5. (FCC – 2025) **Atenção:** Para responder a questão a seguir, baseie-se no texto abaixo.

Todo escritor reage contra os mais velhos, mesmo que o não perceba, e ainda que os admire. E se os admira, mais feroz é a reação, em que se casam amor e impaciência, ternura e tédio pela obra cristalizada: ácida compensação da pena de admirar. Impossível fazer compreender aos de vinte anos que não temos culpa de ser mais velhos, de possuir maior soma de visões, de lembrança, de riquezas imponderáveis: que desvendamos certos segredos porque nos foi dada oportunidade de viver já há mais tempo; que o tempo traz consigo certa sutileza, ainda aos menos dotados; e que a suposta derrota de envelhecer

RACIOCÍNIO LÓGICO

→ EQUIVALÊNCIAS LÓGICAS (INCLUI NEGAÇÃO DE PROPOSIÇÕES COMPOSTAS)

1. (FCC – 2025) Há quatro cartões diferentes sobre uma mesa. Cada cartão possui uma letra de um lado e um número natural do outro. As faces visíveis dos cartões mostram os seguintes símbolos: E, K, 2 e 7.

Deseja-se verificar se a seguinte regra está sendo obedecida: “Se houver um número par em um dos lados do cartão, então necessariamente há uma vogal no outro lado.”

Existe um conjunto mínimo e correto de cartões para verificar essa regra, que seria virar

- a) os cartões com os símbolos E e 7.
- b) somente o cartão com o número 2.
- c) os cartões com os símbolos E e 2.
- d) os cartões com os símbolos K e 7.
- e) os cartões com os símbolos K e 2.

2. (FCC – 2025) Uma proposição logicamente equivalente à proposição “Se as crianças estão calmas, então leio um jornal ou toco violão” é a

- a) Se não leio um jornal ou não toco violão, então as crianças não estão calmas.
- b) As crianças estão calmas ou leio um jornal ou toco violão.
- c) As crianças não estão calmas ou leio um jornal ou toco violão,
- d) As crianças estão calmas se e somente se leio um jornal ou toco violão,
- e) Se as crianças não estão calmas, então não leio um jornal e não toco violão.

3. (FCC – 2025) Considere a afirmação: “João gosta de cozidão e não gosta de tacacá”.

Uma negação lógica dessa afirmação é equivalente à proposição

- a) Ou João gosta de cozidão ou ele não gosta de tacacá.
- b) Se João gosta de cozidão, então ele gosta de tacacá.
- c) Se João não gosta de cozidão, então ele gosta de tacacá.
- d) João gosta de cozidão ou ele não gosta de tacacá.
- e) João não gosta de cozidão ou ele não gosta de tacacá.

4. (FCC – 2022) A negação da afirmação: “não ficou doente e vai ficar em casa” é:

- a) Ficou doente e não vai ficar em casa.
- b) Não ficou doente ou vai ficar em casa.
- c) Ficou doente ou não vai ficar em casa.
- d) Ficou doente ou vai ficar em casa.
- e) Não ficou doente ou não vai ficar em casa.

5. (FCC – 2022) Considere seguintes proposições:

p: Em março há 2 feriados ou 5 domingos. q: Em março nunca há carnaval.

A negação da condicional $p \rightarrow q$ é equivalente à afirmação:

- a) Em março não há 2 feriados e não há 5 domingos e em março sempre há carnaval.
- b) Em março não há 2 feriados ou não há 5 domingos e em março sempre há carnaval.
- c) Em março há 2 feriados ou 5 domingos e em março pode haver carnaval.
- d) Se em março não há 2 feriados e não há 5 domingos, então em março sempre há carnaval.
- e) Se em março não há 2 feriados e não há 5 domingos, então em março pode haver carnaval.

6. (FCC – 2021) Em um programa esportivo, um comentarista de futebol fez a seguinte afirmação sobre o momento vivido pelo time X: Se o time X não se classificar para a Copa Prata e perder o clássico do final de semana, então seu treinador será demitido na segunda-feira. Do ponto de vista lógico, uma forma equivalente de fazer essa afirmação é:

- a) se o treinador do time X não for demitido na segunda-feira, então esse time terá se classificado para a Copa Prata ou não terá perdido o clássico do final de semana.
- b) se o treinador do time X não for demitido na segunda-feira, então esse time terá se classificado para a Copa Prata e terá vencido o clássico do final de semana.
- c) se o treinador do time X for demitido na segunda-feira, então esse time não terá se classificado para a Copa Prata e terá perdido o clássico do final de semana.
- d) se o time X se classificar para a Copa Prata e vencer o clássico do final de semana, então seu treinador não será demitido na segunda-feira.
- e) se o time X se classificar para a Copa Prata ou não perder o clássico do final de semana, então seu treinador não será demitido na segunda-feira.

7. (FCC – 2019) A negação da afirmação condicional “Se Carlos não foi bem no exame, vai ficar em casa” é:

- a) Se Carlos for bem no exame, vai ficar em casa.
- b) Carlos foi bem no exame e não vai ficar em casa.
- c) Carlos não foi bem no exame e vai ficar em casa.
- d) Carlos não foi bem no exame e não vai ficar em casa.
- e) Se Carlos não foi bem no exame então não vai ficar em casa.

8. (FCC – 2019) Em seu discurso de posse, determinado prefeito afirmou: “Se há incentivos fiscais, então as empresas não deixam essa cidade”. Considerando a afirmação do prefeito como verdadeira, então também é verdadeiro afirmar:

- a) Se não há incentivos fiscais, então as empresas deixam essa cidade.

LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL DO PJSC

Caro aluno,

Os temas cobrados nesta disciplina não foram abordados em outras provas da banca FCC. Por esse motivo, pensando sempre em não prejudicar seus estudos, disponibilizaremos questões de outras bancas para que você não deixe de conhecer uma possível abordagem dos assuntos que estudou.

Cordialmente,
Nova Concursos

→ CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE RORAIMA

1. (FGV – 2025) Foi apresentado um projeto de lei à Assembleia Legislativa do Estado de Roraima versando sobre como determinada política pública afeta a um direito prestacional.

No âmbito do órgão competente dessa Casa Legislativa, constatou-se corretamente, à luz da sistemática estabelecida pela Constituição do Estado de Roraima, que a discussão e a votação da proposição deverão ser realizadas

- a) inicialmente em comissões e, se aprovadas nesse âmbito, serão encaminhadas para a apreciação do plenário, que deve decidir em caráter definitivo.
- b) em comissões, salvo requerimento de deslocamento da análise para o plenário, pelo voto de lideranças que representem 1/3 (um terço) dos Deputados.
- c) em comissões, desde que o Regimento Interno não as inclua na competência originária do plenário, sendo cabível recurso para esse último por iniciativa de 1/10 (um décimo) dos Deputados.
- d) no plenário, desde que o Regimento Interno não as inclua na competência originária de comissões, sendo cabível, nesse caso, recurso para o plenário por iniciativa do colégio de líderes ou por 1/3 (um terço) dos Deputados.
- e) no plenário, se a Mesa adotar o rito comum, ou em comissões, se for adotado rito especial, sendo cabível, nesse último caso, recurso para o plenário pelo voto de 1/5 (um quinto) dos Deputados que integram a respectiva comissão.

2. (FGV – 2025) O Deputado Estadual X, da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, deixou de comparecer, sem qualquer justificativa, no decorrer da sessão legislativa do ano Y, à terceira parte das sessões ordinárias dessa Casa Legislativa. Por tal razão, a Mesa Diretora, assegurada a ampla defesa, declarou a perda do mandato a partir da provocação de outro Deputado Estadual. Dias após a declaração dessa perda, X obteve provimento judicial, de natureza cautelar, no curso da ação principal, que o reconduziu ao mandato de Deputado Estadual. No mesmo dia da recondução, foi nomeado para ocupar o cargo de membro da Mesa Diretora.

À luz dos balizamentos estabelecidos pela Constituição do Estado de Roraima, é correto afirmar que

- a) a narrativa não apresenta qualquer incorreção.

- b) X não poderia perder o mandato pela conduta que lhe foi atribuída.
- c) um único Deputado Estadual não poderia ter provocado a atuação da Mesa.
- d) a perda do mandato deveria ser decretada pela maioria dos membros da Assembleia Legislativa.
- e) apesar da recondução, X não poderia ser nomeado para o cargo de membro da Mesa Diretora antes do trânsito em julgado da decisão a ser proferida na ação judicial.

3. (FGV – 2025) No segundo ano de determinada legislatura, no dia 10 de fevereiro, o líder do Partido Político Alfa, com representação na Assembleia Legislativa do Estado de Roraima (ALRR), identificou a existência de uma situação de interesse público relevante, que deveria ser objeto de deliberação por essa estrutura orgânica.

O referido líder, após analisar a Constituição do Estado de Roraima, concluiu corretamente que

- a) qualquer membro da ALRR pode realizar a sua convocação extraordinária para que delibere sobre a referida situação.
- b) como a ALRR está no seu período de reunião ordinária, cabe ao Presidente da Casa Legislativa decidir se deve, ou não, inserir a matéria em pauta.
- c) por se tratar de período de recesso legislativo, a convocação extraordinária da ALRR, na forma regimental, somente será possível em situação de urgência.
- d) caso seja convocada a sessão legislativa extraordinária para a apreciação da referida situação, a ALRR não poderá deliberar sobre matéria estranha ao objeto da convocação.
- e) a ALRR pode ser convocada em caráter extraordinário, pelo governador do estado, pelo presidente da Casa ou a requerimento da maioria de seus membros, sendo a pauta definida no limiar da primeira sessão.

4. (FGV – 2025) Após ampla mobilização popular, um grupo de cidadãos, representando 5% dos eleitores do Estado de Roraima, apresentou proposta de emenda à Constituição Estadual (PEC). Essa proposta veio a ser rejeitada no ano X, sendo a mesma matéria objeto de nova proposta no ano seguinte, dentro da mesma legislatura. Essa segunda proposta foi aprovada pela Assembleia Legislativa em dois turnos de votação, pelo voto favorável de dois terços dos membros dessa Casa Legislativa. Por fim, a emenda à Constituição do Estado de Roraima foi promulgada pela Mesa da Assembleia Legislativa.

À luz da sistemática vigente, é correto afirmar que a narrativa

- a) não apresenta qualquer incorreção.
- b) somente apresenta incorreção em relação à iniciativa da PEC.
- c) somente apresenta incorreção em relação ao quórum de aprovação da PEC.

GEOGRAFIA E HISTÓRIA DE RORAIMA

Caro aluno,

Os temas cobrados nesta disciplina não foram abordados em outras provas da banca FCC. Por esse motivo, pensando sempre em não prejudicar seus estudos, disponibilizaremos questões de outras bancas para que você não deixe de conhecer uma possível abordagem dos assuntos que estudou.

Cordialmente,
Nova Concursos

→ GEOGRAFIA DE RORAIMA

1. (IDCAP – 2025) O estado de Roraima não possui linhas de transmissão energética que o conecte a outros estados brasileiros, dependendo de energia termelétrica importada da Venezuela. É o único estado brasileiro não conectado ao Sistema Integrado Nacional (SIN). Uma das soluções elencadas para dar conta dessa realidade é a construção do chamado “Linhão de Tucuruí”, que integraria Manaus/AM ao território roraimense a partir de uma estrutura que passaria por centenas de quilômetros dentro da floresta amazônica.

Um possível problema associado à realidade apresentada é:

- a) desenvolvimento regional.
- b) degradação ambiental.
- c) ampliação territorial.
- d) investimento estrangeiro.
- e) reflorestamento amazônico.

2. (CPV UFRR – 2022) No livro *Missionários, Fazendeiros e Índios de Roraima: a Disputa pela Terra*, especificamente no item “A organização indígena em Roraima”, o pesquisador Jaci Guilherme Vieira, afirma que:

Em Roraima, a organização política das comunidades indígenas era um fato inédito. Uma ruptura que mais tarde provocaria uma forte alteração na correlação de forças, especialmente, no processo de reconhecimento das terras indígenas. Os fazendeiros, ao longo de muitas décadas, haviam se acostumado a enfrentar os problemas com as populações indígenas de três formas, por meio da cooptação de suas lideranças; da força que, na maior parte das vezes, terminava com a eliminação dos índios e posterior tomada de suas terras; e com acordos que sempre beneficiavam os fazendeiros, tendo como árbitro o administrador do órgão indigenista local do SPI ou da Funai (VIEIRA, p. 165, 2007).

VIEIRA, Jaci Guilherme. *Missionários, Fazendeiros e Índios de Roraima – 1777 a 1980: a disputa pela terra*. Boa Vista: Editora UFRR, 2007.

Tendo em vista a exposição do contexto histórico acima, assinale a alternativa CORRETA:

- a) O pesquisador demonstra apenas a sistematização da violência imposta aos povos indígenas de Roraima.

- b) O pesquisador aborda somente a construção das Assembleias indígenas com o objetivo de lutar pelas demarcações territoriais dos povos originários.
- c) O pesquisador mostra no fragmento aspectos da exploração sexual nas comunidades indígenas.
- d) O pesquisador relata a maneira como os Tuxauas se comunicavam entre as comunidades.
- e) O pesquisador apresenta o contexto social do conflito territorial em Roraima, dando ênfase para a construção da organização política das comunidades indígenas na luta pela terra, além de mostrar também as etapas do processo de violência sobre os povos indígenas.

3. (CPV UFRR – 2022) Na pesquisa intitulada *Incêndios florestais em Roraima: implicações ecológicas e lições para o desenvolvimento sustentado*, de autoria do pesquisador Reinaldo Imbrozio Barbosa, do INPA, mostra que: Fogos florestais na região amazônica têm se tornado cada vez mais visíveis e frequentes nos últimos anos. Eles causam severos impactos no ecossistema devido à abrupta modificação na estrutura original da floresta. (BARBOSA, 2003, p. 45).

BARBOSA, Reinaldo Imbrozio. *Incêndios florestais em Roraima: implicações ecológicas e lições para o desenvolvimento sustentado*. In: Documentos Yanomami n.03. Brasília: CCPY Comissão Pró-Yanomami, 2003.

De acordo com a reflexão do pesquisador marque a alternativa correta:

- a) O fragmento pensa a sustentabilidade como um aspecto de empecilho para o desenvolvimento.
- b) Na reflexão do autor os incêndios florestais em Roraima não são visíveis.
- c) A citação apresenta os incêndios florestais em Roraima como uma possibilidade de manejo da terra para a agricultura.
- d) O fragmento mostra que os incêndios florestais em grande escala representam a sustentabilidade.
- e) O excerto mostra que os incêndios florestais alteram drasticamente a fauna e a flora.

4. (CPV UFRR – 2022) A Terra Indígena Raposa Serra do Sol localiza-se ao norte do Estado de Roraima, Amazônia brasileira, fronteira com a Venezuela e a Guiana Inglesa. Nessa região vivem cerca de 20.000 indígenas dos povos Ingarikó, Macuxi, Patamona, Taurepang e Wapichana, em mais de 198 comunidades indígenas. A demarcação da terra indígena Raposa Serra do Sol em área contínua foi uma vitória no processo de garantia dos direitos territoriais desses povos. Assinale a alternativa correta.

- a) A Presidência da República decreta a homologação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol no ano de 2004.
- b) A Presidência da República decreta a homologação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol no ano de 2002.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

→ EFICÁCIA DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS

1. (FCC – 2022) Ao disciplinar o direito de greve dos servidores públicos, a Constituição Federal estabeleceu, expressamente, que “será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica”. Quanto à sua capacidade de produção de efeitos, cuida-se de norma constitucional de eficácia

- a) limitada.
- b) contida.
- c) plena.
- d) programática.
- e) restringível.

2. (FCC – 2019) O artigo 5o, XIII, da Constituição Federal de 1988 dispõe sobre a liberdade de trabalho, ofício ou profissão. Este dispositivo, no que tange à eficácia das normas constitucionais, é de natureza

- a) contida, em vista da possibilidade de sobrevir regramento infraconstitucional estabelecendo requisitos para o exercício do direito.
- b) limitada, em vista da possibilidade de sobrevir regramento infraconstitucional estabelecendo requisitos para o exercício do direito.
- c) contida, em vista da necessidade de sobrevir regramento infraconstitucional para viabilizar o exercício do direito.
- d) limitada, em vista da necessidade de sobrevir regramento infraconstitucional para viabilizar o exercício do direito.
- e) plena, em vista da natureza fundamental do direito veiculado pela norma constitucional.

3. (FCC – 2017) De acordo com uma das classificações das normas constitucionais quanto à sua aplicabilidade, o preceito constitucional segundo o qual “o Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor” contém norma de eficácia

- a) plena, uma vez que as normas definidoras de direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata, podendo produzir todos os seus efeitos independentemente de edição de lei.
- b) plena, uma vez que todos os seus efeitos podem ser produzidos mediante ordem judicial proferida em mandado de segurança voltado para suprir a ausência de norma regulamentadora da Constituição.
- c) contida, uma vez que todos os seus efeitos podem ser produzidos independentemente de lei que, se editada, pode estabelecer os termos em que o direito constitucional deve ser exercido.
- d) limitada, uma vez que depende de edição de lei para que todos os seus efeitos possam ser produzidos.

e) contida, uma vez que todos os seus efeitos podem ser produzidos mediante ordem judicial proferida em ação popular, voltada para suprir a ausência de norma regulamentadora da Constituição.

4. (FCC – 2016) O conceito segundo o qual as normas de aplicação diferida, que explicitam comandos-valores e conferem elasticidade ao ordenamento constitucional e têm como destinatário primacial – embora não único – o legislador, a cuja opção fica a ponderação do tempo e dos meios em que vem a ser revestidas de plena eficácia, correspondem a normas

- a) programáticas.
- b) de eficácia plena e aplicação imediata.
- c) de eficácia contida e aplicabilidade imediata.
- d) de eficácia plena e aplicação diferida.
- e) de eficácia contida e aplicação diferida.

5. (FCC – 2015) O direito de greve no serviço público, a inadmissibilidade de provas obtidas por meios ilícitos no processo e a liberdade de exercício de qualquer profissão constituem, respectivamente, normas constitucionais de eficácia

- a) limitada, contida e plena.
- b) contida, plena e limitada.
- c) contida, limitada e plena.
- d) limitada, plena e contida.
- e) plena, limitada e contida.

→ APLICAÇÃO DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS NO TEMPO (RECEPÇÃO, REPRISTINAÇÃO, DESCONSTITUCIONALIZAÇÃO)

6. (FCC – 2022) Considerando o tema processo legislativo, a manutenção em vigor de Constituição anterior que, porém, perde a sua hierarquia constitucional para operar como legislação comum é conhecida como

- a) desidratação constitucional.
- b) repristinação.
- c) recepção.
- d) desclassificação constitucional.
- e) desconstitucionalização.

7. (FCC – 2018) Considere, hipoteticamente, que em determinado Estado nacional seja promulgada nova Constituição, na qual estejam contempladas as seguintes disposições:

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

→ REGIME JURÍDICO DA ADMINISTRAÇÃO E REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO

1. (FCC – 2025) O poder de convocar particulares para a execução compulsória de atividades públicas, conhecido como requisição de serviço, esta alicerçado no princípio da

- a) participação coletiva necessária.
- b) supremacia do interesse público.
- c) superioridade coletiva.
- d) indisponibilidade do interesse público.
- e) eficiência.

2. (FCC – 2024) Considere os seguintes princípios e descrições:

| PRINCÍPIOS | DESCRIÇÕES |
|---|--|
| I. Indisponibilidade do interesse público. II. Supremacia do interesse público. III. Continuidade do serviço público. | 1. Envolve a possibilidade, nos termos da lei, de constituir terceiros em obrigações mediante atos unilaterais. 2. Importa que o próprio órgão que representa os interesses, não os titula, cabendo-lhe apenas a curadoria, segundo a intenção legis. 3. Consagra a ideia de que a Administração Pública é fruto de toda submissão do Estado à Lei e somente conforme ela pode ser exercida. |

Representa a associação entre princípios e descrições:

- a) I - 1 e III - 2
- b) I - 2 e II - 1.
- c) II - 3 e III - 1.
- d) I - 3 e II - 2.
- e) I - 1 e III - 3

3. (FCC – 2023) No exercício de suas atividades, a Administração Pública

- a) não tem como objetivo trabalhar em favor da cultura, de uma maneira geral, por se tratar de manifestação estritamente privada, desprovida de interesse público.
- b) tem como objetivo apenas a prestação de segurança pública à coletividade, tendo os agentes públicos plenos poderes para atingir os seus fins.
- c) tem como objetivo trabalhar a favor do interesse público, por meio da prestação de serviços públicos e fomento de iniciativas de utilidade pública, dentre outros.

- d) tem como objetivo restringir-se à forma centralizada e concentrada de atribuição de competências, pois somente o Poder Executivo é competente para a prestação de serviço de qualidade ao administrado.
- e) tem como objetivo a observância pelo administrador dos usos e costumes da região administrada, ainda que a vontade da lei fixe finalidade a ser perseguida de modo diverso.

4. (FCC – 2022) O regime jurídico administrativo é o conjunto de traços, de conotações, que tipificam o Direito Administrativo, colocando a Administração Pública numa posição privilegiada, vertical, na relação jurídico-administrativa, no dizer da jurista Maria Sylvia Zanella Di Pietro (Direito Administrativo, 32.ed., item 3.2).

Tal regime é aplicável

- a) apenas no âmbito do Poder Executivo.
- b) em todos os Poderes da União, mas apenas nos Poderes Executivos estaduais e municipais.
- c) na Administração Indireta, mas apenas nas entidades de natureza autárquica.
- d) excepcionalmente e de forma não exclusiva, nas empresas estatais.
- e) somente no exercício do poder de polícia administrativa.

5. (FCC – 2019) O regime jurídico de direito público sujeita a Administração pública à observância de normas, que abrangem regras e princípios.

No que se refere à dinâmica de aplicação das referidas normas,

- a) os princípios centrais previstos na Constituição Federal sobrepõem-se às regras, estas que têm hierarquia infraconstitucional.
- b) as regras somente são válidas e eficazes se forem expressamente vinculadas a um princípio, sob pena de nulidade.
- c) inexistência hierarquia material apriorística entre as regras e os princípios, não cabendo, contudo, ao administrador público decidir não cumprir uma lei por entendê-la em desacordo com os princípios.
- d) os princípios incidem em escala de preferência, sendo o da legalidade dotado de preferência e prevalência sobre os demais princípios que regem a Administração pública.
- e) a legislação vigente, ainda que infraconstitucional, se sobrepõe hierarquicamente em relação aos princípios previstos na Constituição Federal.

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

→ TÉCNICAS/ESPÉCIES ORÇAMENTÁRIAS (ORÇAMENTO PROGRAMA, TRADICIONAL, PARTICIPATIVO, BASE ZERO, ETC)

1. (FCC – 2026) O modelo de orçamento no qual, para além da importância do equilíbrio financeiro, deve-se obter resultado nos gastos, ou seja, “os gastos devem apresentar eficácia em sentido amplo, atingindo metas e objetivos, corresponde ao orçamento

- a) orçamento-programa.
- b) clássico.
- c) de desempenho.
- d) de base zero.
- e) por estratégia.

2. (FCC – 2026) O orçamento-programa, dentre outros aspectos,

- a) é o elo entre o planejamento e as funções executivas da organização.
- b) tem como intuito o controle e a avaliação sobre a honestidade dos agentes governamentais.
- c) visa, com a alocação de recursos, à aquisição de meios.
- d) tem como estrutura a ênfase nos aspectos contábeis de gestão.
- e) não é acompanhado de medição do trabalho, pois se liga a aspectos futuros.

3. (FCC – 2026) Ao analisar os anexos da LOA de um município, o auditor identifica que o Orçamento possui característica de orçamento programa. Esse modelo orçamentário tem por prioridade

- a) revisão integral das despesas a cada exercício, a partir de “pacotes” e justificativas desde o nível zero.
- b) classificação por natureza da despesa, tendo os insumos como foco principal de controle.
- c) programas e ações vinculados ao planejamento, com produto e meta física, conectando meios a resultados.
- d) comparação de eficiência entre unidades administrativas, a partir de indicadores de produtividade e custos unitários.
- e) reajuste marginal das dotações do exercício anterior, preservando a estrutura histórica de gastos.

4. (FCC – 2025) Tendo como base a prestação do serviço público, o orçamento que trata sobre a alocação de recursos, a fim de assegurar a qualidade dos bens e serviços e atender às necessidades reais da sociedade, com maior transparência sobre seus dados, é conhecido como orçamento

- a) de metas alcançáveis.
- b) administrativo por objetivos.
- c) orientado por resultados.
- d) de resultado final.
- e) de disponibilidade de recursos.

5. (FCC – 2025) No que concerne aos tipos de orçamento público apontados pela doutrina, tem-se, que ao adotar a opção de um orçamento do tipo base zero,

- a) verifica-se um significativo aumento das despesas discricionárias, na medida em que tal modelo importa a desvinculação total de receitas com destinação específica.
- b) passa a ser obrigatória a prévia submissão da proposta orçamentária à participação popular, mediante consulta pública, sob pena de nulidade.
- c) assume-se o compromisso de equilíbrio orçamentário, não sendo admissível previsão ou a ocorrência de déficit ao final do exercício.
- d) abandona-se a abordagem incremental, deixando de considerar como base da orçamentação o histórico de receitas e despesas de exercícios anteriores
- e) a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) perde a sua funcionalidade, na medida em que a Lei Orçamentária Anual passa a ser desvinculada de metas ou parâmetros fixados na LDO.

6. (FCC – 2025) O orçamento que possui como característica a apresentação da alocação de recursos para atingir objetivos e metas e, embora não citado expressamente, reflete preceitos da Lei no 4.320/1964 ao mencionar sobre o programa de trabalho de um Governo é o

- a) Orçamento-Programa.
- b) Orçamento Tradicional.
- c) Orçamento Base-Zero.
- d) Orçamento Participativo.
- e) Orçamento incremental.

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

→ ADMINISTRAÇÃO

1. (FCC – 2024) No final do século XX, com o uso intensivo de tecnologia de informação, gestão participativa e conhecimento, surgiram 05 modelos organizacionais caracterizados como “pós-modernos”. Nesse contexto, houve a substituição da hierarquia gerencial por grupos autogeridos, conhecida como tendência

- a) plutocracia.
- b) policracia.
- c) burocracia.
- d) holocracia.
- e) autocracia.

2. (FCC – 2024) De acordo com uma das leis da Quinta Disciplina, de Peter Senge, algumas intervenções bem-intencionadas provocam respostas do sistema que excluem os benefícios da intervenção. Este fenômeno denomina-se de feedback de

- a) defasagem.
- b) sistema.
- c) compensação.
- d) reforço.
- e) equilíbrio.

3. (FCC – 2019) A administração de uma organização é o processo de

- a) estabelecer padrões de desempenho, medir o desempenho atual e compará-lo com os padrões estabelecidos.
- b) planejar, organizar, liderar e controlar o trabalho dos envolvidos na organização de modo a utilizar todos os recursos disponíveis para alcançar os objetivos estabelecidos.
- c) certificar que os atos dos membros da organização levam em conta os objetivos estabelecidos pela direção na reunião anual do Conselho Diretor.
- d) alocar o trabalho, a autoridade, as funções, o orçamento e outros recursos da organização de modo que ela possa alcançar seus objetivos.
- e) utilizar a lógica e os métodos para estabelecer objetivos e ações para a organização.

→ ADMINISTRADOR

4. (FCC – 2022) As habilidades técnicas, humanas e conceituais são importantes para que o administrador seja bem-sucedido. As habilidades humanas envolvem

- a) os processos materiais ou objetos físicos e concretos.
- b) a facilidade em trabalhar com teorias e abstrações.
- c) a facilidade na execução de técnicas relacionadas ao trabalho.
- d) a visão da organização, o diagnóstico das situações e a formulação de alternativas.
- e) a capacidade de comunicar e motivar pessoas e grupos.

5. (FCC – 2020) Dos “10 papéis administrativos” desempenhados pelos gestores, “organizar estratégias e rever as sessões para desenvolver novos programas” refere-se às atividades identificáveis da função de

- a) Alocador de recursos.
- b) Negociador.
- c) Disseminador.
- d) Empreendedor.
- e) Monitor.

6. (FCC – 2019) A denominada autoridade de linha é um elemento que, no que concerne às funções do administrador, situa-se na atividade de

- a) coordenação, representando a relação de auto ajuste das equipes, que independe do comando dos superiores hierárquicos.
- b) planejamento, e consiste no poder do primeiro escalão de estabelecer as linhas mestras para atuação da organização.
- c) direção ou comando, representado o poder do superior de dar ordens e cobrar a execução delas por seus subordinados.
- d) avaliação, seguindo uma cadeia direta entre metas e indicadores fixados na etapa de planejamento, como forma de assegurar o cumprimento dos objetivos institucionais.
- e) comunicação, eis que as lideranças que detém o atributo de autoridade de linha são mais eficazes em tal quesito do que as que exercem o comando vertical.

7. (FCC – 2019) Entre as atividades cometidas ao gestor no âmbito das funções de administrar, aquela em que se insere o mecanismo descrito pela literatura como ajuste espontâneo é a de

NOÇÕES DE LEGÍSTICA

→ VIGÊNCIA DAS LEIS (PUBLICAÇÃO, VIGOR, VIGÊNCIA, VACATIO LEGIS, CONTAGEM, CORREÇÕES - ART. 1º DA LINDB)

1. (FCC – 2026) Antes de entrar em vigor, ocorreu nova publicação do texto de determinada lei, destinada à correção. Nessa situação, sabendo-se que essa lei não previu o início de sua vigência, em conformidade com a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, para que a referida lei comece a vigorar em todo país, o prazo de

- a) quarenta e cinco dias depois de oficialmente publicada começará a correr da nova publicação, ressaltando-se que, nos estados estrangeiros, a obrigatoriedade da lei brasileira, quando admitida, inicia-se seis meses depois de oficialmente publicada, começando esse prazo, na hipótese de nova publicação do texto destinada à correção, a correr da primeira publicação.
- b) sessenta dias depois de oficialmente publicada começará a correr da primeira publicação, tendo em vista a nova publicação ser destinada apenas à correção, ressaltando-se que, nos estados estrangeiros, a obrigatoriedade da lei brasileira, quando admitida, inicia-se seis meses depois de oficialmente publicada, começando esse prazo, na hipótese de nova publicação do texto destinada à correção, a correr da primeira publicação.
- c) sessenta dias depois de oficialmente publicada começará a correr da nova publicação, ressaltando-se que, nos estados estrangeiros, a obrigatoriedade da lei brasileira, quando admitida, inicia-se seis meses depois de oficialmente publicada, começando esse prazo, na hipótese de nova publicação do texto destinada à correção, a correr da nova publicação.
- d) quarenta e cinco dias depois de oficialmente publicada começará a correr da primeira publicação, tendo em vista que a nova publicação é destinada apenas à correção, ressaltando-se que, nos estados estrangeiros, a obrigatoriedade da lei brasileira, quando admitida, inicia-se três meses depois de oficialmente publicada, começando esse prazo, na hipótese de nova publicação do texto destinada à correção, a correr da primeira publicação.
- e) quarenta e cinco dias depois de oficialmente publicada começará a correr da nova publicação, ressaltando-se que, nos estados estrangeiros, a obrigatoriedade da lei brasileira, quando admitida, inicia-se três meses depois de oficialmente publicada, começando esse prazo, na hipótese de nova publicação do texto destinada à correção, a correr da nova publicação.

2. (FCC – 2025) A Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (Decreto-Lei nº 4.657/1942) considera

- a) lei nova as correções a texto de lei já em vigor.
- b) ato jurídico perfeito o ato juridicamente válido a luz da lei vigente ao tempo em que se efetuou.
- c) orientações gerais as interpretações e especificações contidas em atos públicos de caráter individual, desde que extensíveis a outros casos semelhantes.

- d) coisa julgada a decisão judicial de que não caiba mais ação rescisória.
- e) adquiridos os direitos que o seu titular, de forma pessoal e indelegável, possa exercer imediatamente.

3. (FCC – 2022) De acordo com o que disciplina o ordenamento jurídico em relação à vigência de lei brasileira, considere as assertivas abaixo:

- I. Constitui regra obrigatória que a vigência de lei brasileira se inicia com a sanção.
- II. Não há vedação para que lei brasileira, em seu texto, estabeleça sua vigência imediata.
- III. A lei brasileira, em regra, terá efeito imediato e geral no território nacional, após 45 dias da sua publicação oficial.
- IV. A lei brasileira, em regra, terá efeito imediato e geral nos estados estrangeiros, após 60 dias da sua publicação oficial.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I e IV.
- b) I e II.
- c) III e IV.
- d) I e III.
- e) II e III.

4. (FCC – 2021) Determinada lei foi oficialmente publicada em 1º de fevereiro de 2021. Em 2 de fevereiro de 2021, foi republicada no Diário Oficial, destinando-se essa nova publicação à correção do seu texto. Em ambas as publicações, o texto da lei se limitou a dispor que ela passaria a ter vigência “na forma da lei”. Nesse caso, sabendo-se


que, de acordo com o artigo 1º, caput, da Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro, a lei começa a vigorar em todo o país, salvo disposição contrária, quarenta e cinco dias depois de oficialmente publicada, pode-se afirmar que a lei em questão começou a vigorar no País quarenta e cinco dias depois da publicação ocorrida em

- a) 1º de fevereiro de 2021, contando-se esse prazo com a inclusão da data da publicação e do último dia do prazo.
- b) 2 de fevereiro de 2021, contando-se esse prazo com a inclusão da data da publicação e do último dia do prazo.
- c) 1º de fevereiro de 2021, contando-se esse prazo com a exclusão da data da publicação e a inclusão do último dia do prazo.
- d) 2 de fevereiro de 2021, contando-se esse prazo com a exclusão da data da publicação e a inclusão do último dia do prazo.
- e) 2 de fevereiro de 2021, contando-se esse prazo com a exclusão da data da publicação e do último dia do prazo.

5. (FCC – 2019) Considerando os conceitos de vigência, eficácia e efetividade da norma jurídica,


- a) uma norma válida não pode ter sua vigência postergada.

MAIS DE 100 MIL ALUNOS APROVADOS!

 799 APROVADOS NO
BANCO DO BRASIL 2021

 92 APROVADOS
NO TJ-MG 2022

 213 APROVADOS
NO SEAGRI/DF 2022

 337 APROVADOS
NO INSS 2022



GOSTOU DESSA DEMONSTRAÇÃO?

Aproveite o Desconto especial e adquira
a versão completa desse material!

[ADQUIRIR MATERIAL COMPLETO](#)